

Presidente eleito minimiza fala de Guedes sobre ‘prensa’

Talita Fernandes e Julio Wiziack

governo eleito.

Brasília- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), minimizou declaração de seu futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre "dar uma prensa" no Congresso para a aprovação da reforma da Previdência ainda neste ano.

"Não tem prensa. Ninguém vai ser movido aqui em Brasília, o parlamentar que tem completa independência. Ele usou bem-intencionado, ao meu entender, a palavra prensa. Alguns podem interpretar e, de forma equivocada, levar para o outro lado. Ninguém vai pressionar o parlamentar. Nós vamos é convencê-lo", afirmou Bolsonaro nesta quarta-feira (7), em resposta à declaração do economista feita na véspera.

Também nesta quarta, Guedes marcou a primeira reunião temática com o grupo de transição de governo, sobre a reforma da Previdência.

Foi uma tentativa de reduzir o ruído no mercado após as informações desconstruídas da equipe de Bolsonaro e ainda reforçar que mudanças nas regras da aposentadoria são a prioridade do

Para a manhã desta quinta-feira (8), o presidente eleito disse ter agendado um encontro com parlamentares para discutir medidas econômicas que podem ser votadas ainda este ano no Congresso. Devem estar na pauta da conversa mudanças na Previdência e no Orçamento de 2019.

"Nós vamos ver aí. Vão ser colocados na mesa os projetos... nenhum será emenda constitucional, e vamos decidir o que pode ser aprovado e ninguém mais do que um parlamentar para ter esse sentimento. Agora, não podemos esquecer que tem metade da Câmara que não foi reeleita e outra metade que foi", disse, sobre a Previdência.

A intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, em vigor até 31 de dezembro, impede que o Congresso vote emendas à Constituição.

Bolsonaro não soube detalhar quais itens da proposta de modificar a aposentadoria podem ser votados e repetiu que depende dependeria do que pode ser aprovado no Congresso.

Inicialmente, Bolsonaro chegou a declarar que não votaria a reforma proposta pelo governo Temer (MDB) e que levaria adiante sua própria reforma.

Na terça-feira (6), voltou atrás e afirmou que seria interessante votar ainda neste ano uma reforma possível.

Sobre o Orçamento de 2019, o presidente eleito admitiu estar tratando do tema com seu futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). O gaúcho é principal articulador político de Bolsonaro.

"Estou tratando com Onyx a questão de possíveis ajustes. Eunício [Oliveira, presidente do Senado] falou que está aberto, se eu quiser apresentar alguma coisa, está em aberto o Orçamento para nós ainda. Sabemos que a margem é muito curta para negociação porque quase tudo ali é despesa obrigatória", afirmou.

Bolsonaro não quis mencionar quais parlamentares foram convidados para o encontro desta quinta, que deverá ser realizado em seu apartamento funcional, em Brasília.

A revolução de Bolsonaro, no papel

VINICIUS TORRES FREIRE

Jair Bolsonaro pretende fazer uma enorme reorganização administrativa do governo. Em tese e em linhas gerais, muito nebulosas, essa mudança seria o primeiro passo de uma alteração profunda no Estado.

A extinção de ministérios, por vezes conversa caricata e superficial, pode ser apenas isso ou pretensão de algo muito mais sério, tanto revolucionário como desastroso. O fim do Ministério do Trabalho é mais um sinal dessa ambição.

A reforma Bolsonaro seria uma reviravolta no modo de fazer política macroeconômica, nos impostos, no comércio exterior, nas políticas industriais e na seguridade social e assuntos relacionados (Previdência, assistência social, proteção ao trabalhador).

Para começar, pode dar em desordem administrativa, gasto de energia em reorganização do governo e sobrecarga gerencial e política de pelo menos um superministro. Diante da urgência de tratar uma economia na UTI, vai dar para fazer tudo, logo de cara?

Paulo Guedes, indicado para o Ministério da Economia, vai comandar o que são hoje as pastas da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio Exterior.

Especula-se que levaria o grosso

do Ministério do Trabalho: o FAT. A administração, o reordenamento e os conflitos políticos envolvidos na reforma das políticas e instituições desses ministérios são uma enormidade, talvez temeridade.

O Trabalho tem orçamento de R\$ 85 bilhões. O ministério, grosso modo, é o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que tem 95% da verba, na prática. Do que sobra das despesas diretas com pessoal (mais de R\$ 3 bilhões), gasta-se com fiscalização e arrecadação do FGTS, com programas de economia solidária, fiscalização do trabalho e com a Fundacentro (de estudos de saúde e medicina de trabalho), quase tudo pouco dinheiro.

O FAT é um fundo composto pela arrecadação do PIS-Pasep, que paga o seguro-desemprego e o abono salarial (um salário mínimo anual para quem ganhe até dois salários por ano e cumpra outros requisitos), que levam 75% do dinheiro (uns R\$ 57 bilhões). O restante financia o BNDES, programas de microcrédito e algumas tarefas do ministério tais como registros de emprego (Caged, Rais).

Mexer no dinheiro do FAT para abono, seguro-desemprego e FAT depende de mudança na Constituição.

O governo de Michel Temer quis

e o de Bolsonaro querará acabar com o abono, assim como alterar o FGTS (administrado pela Caixa). São mais mudanças centrais no mundo da seguridade e do trabalho.

Em tese, programas de microcrédito e de economia solidária podem muito bem ser absorvidos por um Ministério da Seguridade e/ou da Assistência Social. No entanto, a Previdência também já está na Fazenda (obra de Michel Temer), que será incorporada pelo superministério de Guedes.

A fiscalização do trabalho e a proteção de direitos sindicais e outros, detestada por certos empresários, em especial ruralistas, sabe-se lá onde irão parar. Sem ministro, o peso político dessas políticas todas em tese é menor.

O sentido geral do terremoto é limpar o terreno para uma mudança de raridade histórica, se der certo, do tamanho de mudanças getulistas e da ditadura militar, mas com sinal trocado. Se ficar com esse pedaço do governo, Guedes seria na verdade o encarregado-mor da reforma geral do Estado.

Corre o risco de virar o grande alvo de diversos e fortes grupos de interesse e de tiroteio pesado e constante do Congresso Nacional.

Decisão do STF abre caminho para demissão em estatais, diz Planejamento

Máquina pública. Na avaliação do ministério, uma definição específica do Supremo para os Correios libera as demais estatais federais de justificarem desligamentos de funcionários e reafirma que esses servidores, regidos pela CLT, não têm direito à estabilidade

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Uma decisão tomada no início de outubro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre demissões nos Correios abre caminho para o enxugamento nos quadros de pessoal nas empresas estatais, avalia o Ministério do Planejamento. O governo já prepara um ofício para informar às companhias quais serão as regras para a dispensa de funcionários.

Na prática, a medida deve ser um primeiro passo na direção de uma maior flexibilidade para a gestão da folha nessas empresas, muitas delas em dificuldades financeiras. O STF definiu que os Correios precisam apresentar motivação caso a empresa queira demitir funcionários, sem estender a exigência para as demais estatais. Antes, todas as estatais precisavam fundamentar a decisão, o que foi questionado junto à corte.

A visão no governo é de que o STF acabou reafirmando a tese de que as regras para demissão nas estatais seguem a lógica da iniciativa privada e ainda deu mais flexibilidade para as empresas tomarem essa decisão. A pasta aguarda a publicação do acórdão da decisão do STF, que leva 60 dias, para fazer uma análise mais detalhada.

Mas o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, afirmou que se trata de uma interpretação sólida do resultado da votação. “É uma visão preliminar, mas eu não diria que seja frágil. Isso desrepressa a porteira de possibilidade de demissão nas estatais. Com algum grau de critério, maior preocupação para que não tenha discriminação, é verdade, mas abre a possibilidade.”

Mesmo com cortes recentes em pessoal, as estatais federais empregavam 505,2 mil no segundo trimestre de 2018 – 105,5 mil nos Correios. Outros 77,7 mil eram funcionários de empresas que dependem do Tesouro para sobreviver (pois não geram receitas nem para bancar suas despesas, inclusive salários).

Estatais como Correios e Infraero já lançaram mão de programas de demissão voluntária, oferecendo incentivos para empregados que aceitem se desligar da empresa.

Mas os resultados foram insuficientes para reequilibrar suas finanças. A atual equipe econômica já alertou o grupo de transição sobre a necessidade de seguir com os cortes de pessoal nessas duas empresas para evitar que elas se tornem dependentes. Segundo apurou o Estadão / Broadcast, a medida é bem vista por assessores de Jair Bolsonaro, pois seria um instrumento importante para os planos da nova equipe econômica.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a ampla privatização de estatais e o enxugamento da máquina pública. O secretário de estatais é cotado para permanecer no novo governo.

Contratos.

Os contratos dos empregados das estatais são regidos pela CLT, o que significa que esses funcionários têm os mesmos direitos trabalhistas concedidos pela iniciativa privada e que não são garantidos a servidores – como o FGTS. Por outro lado, a CLT não lhes assegura a estabilidade no emprego a que os servidores têm





direito.

Na prática, porém, os funcionários das estatais têm acesso “ao melhor dos dois mundos”, com FGTS e estabilidade, afirma Soares. “Isso é inadmissível.” Para o advogado Luís Felipe Valerim Pinheiro, sócio do escritório Xavier Vasconcelos Valerim e professor da FGV, a decisão do STF dá mais flexibilidade às empresas. “Não há estabilidade.

O regime das estatais é CLT, como na iniciativa privada”, disse. Segundo ele, aspectos como produtividade do funcionário poderão servir de fundamento para dispensas. Os Correios informaram que não têm um plano de demissão formulado. A presidente da Associação dos Profissionais dos Correios, Maria Inês Capelli, avalia que o problema de caixa da estatal é uma motivação “subjativa”. “Não é só demitindo que se vai recuperar a empresa.”

A incógnita das privatizações

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem avisado que pretende fazer um processo de privatização “acelerado” logo no início do governo — o assunto será pauta, hoje, de reunião dele com a equipe de transição. Pelas previsões que Guedes fazia durante a campanha, a expectativa era arrecadar até R\$ 1 trilhão com a venda de estatais federais, e esses recursos seriam usados para reduzir a dívida pública, de R\$ 3,7 trilhões apenas em títulos no mercado doméstico. Contudo, analistas avisam que esse processo será complicado e, dificilmente, o novo governo conseguirá atingir a cifra, porque o valor está superestimado, pois nem todas as empresas despertarão interesse dos investidores.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, no entanto, defendeu a manutenção das estatais que mais despertam interesse dos investidores, como Petrobras, Eletrobras, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), mas não descartou a continuidade da venda de subsidiárias não relacionadas com a atividade principal de cada uma, como distribuidoras de energia e refinarias de petróleo. Não à toa, pelas contas de especialistas, a receita com esses ativos não deve superar R\$ 200 bilhões, mesmo incluindo essas empresas.

“Ainda precisamos saber o que o governo vai querer privatizar. Bolsonaro já interditou a inclusão das empresas que realmente são privatizáveis. O que sobra desses grupos é muito pouco em termos de arrecadação”, destaca a economista Elena Landau, que foi a diretora da área responsável pelo Programa Nacional de Desestatização do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ela ressalta que, mesmo com a venda das empresas consideradas mais atraentes, haverá frustração na receita. Pelas contas dela, o governo conseguirá arrecadar R\$ 140 bilhões com a venda de estatais listadas em bolsa. “O valor de mercado dessas empresas é maior do que isso, mas a participação do governo é menor e, portanto, esses R\$ 140 bilhões não terão um impacto grande na dívida pública. Se o ajuste fiscal que Paulo Guedes quer fazer depender da privatização, não vai haver ajuste fiscal, porque ele nem vai sair do papel. O que tem de fazer de fato é a reforma da Previdência”, alerta.

Braulio Borges, economista LCA Consultores, é um pouco mais otimista. Ele estima que o novo governo conseguirá vender 20% do total previsto inicialmente, ou seja, algo em torno de R\$ 200 bilhões, mas não imediatamente. Ao longo de uns dois ou três anos. “Essa previsão é um teto desse número mágico de R\$ 1 trilhão”, diz. Ele cita, inclusive,

um levantamento feito pela Standard & Poor’s, que prevê uma receita de R\$ 170 bilhões com privatizações, no máximo.

Elena lembrou que todo processo de privatização é longo, pois depende de autorização do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU), o que leva meses ou até dois anos. E cada empresa que for vendida vai precisar de um projeto. “Não tem como fazer privatização a toque de caixa. Só se fechar o Congresso, mudar as leis e tirar o TCU do processo”, resume ela, acrescentando que o projeto precisará se preocupar em evitar monopólios e facilitar o ambiente competitivo.

Analistas lembram que demais empresas cogitadas para serem incluídas no programa, como os Correios e estatais dependentes, casos de EBC, Infraero e Valec, são pouco atraentes e, portanto, não devem render uma receita expressiva. Apenas as quatro excluídas por Bolsonaro (BB, Caixa, Petrobras e Eletrobras), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas respectivas subsidiárias, respondem por 96% do total de ativos da União nas empresas públicas, restando apenas 4%, ou seja, R\$ 183,3 bilhões. Isso não significa, porém, que esse será o volume arrecadado. No caso dos Correios, segundo Borges,





o interesse de investidores ocorre apenas na área de encomendas expressas: o Sedex, porque as demais atividades são deficitárias.

Gil Castello Branco, secretário geral da ONG Contas Abertas, também lamenta a falta de profundidade no debate eleitoral sobre o programa de privatizações de Bolsonaro. “Ainda não temos uma formatação do que será vendido. Por enquanto, temos apenas uma diretriz de campanha”, afirma.

Apesar da indefinição, investidores estrangeiros estão atentos sobre como Guedes pretende conduzir o processo, principalmente, na área de infraestrutura. “Há muito dinheiro lá fora aguardando o que o novo governo pretende anunciar sobre esses programas. Eles precisam ser bem desenhados, de forma a atrair o investidor estrangeiro, dando segurança jurídica para o negócio”, frisa o presidente da coreana Mirae Asset Global no Brasil, Jisang Yoo.

Inchaço

O número de estatais foi inflado durante os governos petistas. Em 2000, havia 103 empresas públicas sob o controle direto ou indireto da

União, conforme levantamento feito pelas Contas Abertas. Em 2016, elas somavam 154. Na gestão Temer, foram vendidas ou extintas 16 empresas, resultando em 138 até junho.

Nos últimos meses, porém, o número de trabalhadores voltou a crescer. De acordo com dados Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, isso ocorreu em parte, devido à incorporação de trabalhadores de estados e municípios em hospitais administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que superaram as demissões voluntárias em curso. A empresa faz parte das 18 estatais dependentes. Em 2017, elas receberam do Tesouro Nacional R\$ 14,6 bilhões em subvenções — a maior parte dos recursos, R\$ 12,8 bilhões foi usada no pagamento de pessoal.

Essas 18 empresas possuem um patrimônio líquido de R\$ 8,2 bilhões, logo, a venda delas não aliviará o caixa do governo, porque algumas precisam ser capitalizadas para se tornarem atraentes, lembram os especialistas.





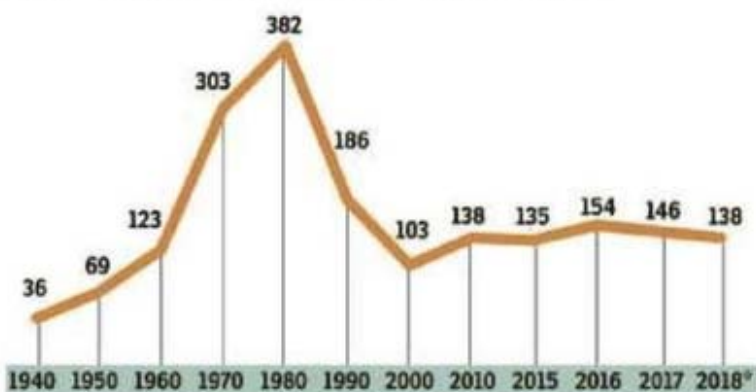
Emaranhado

Privatização de empresas públicas federais está na agenda de prioridades do novo governo, mas o processo demandará tempo e, certamente, haverá frustrações em relação ao que se pode arrecadar, segundo analistas

EVOLUÇÃO

Durante os governos petistas, foram criadas 51 estatais federais, considerando o pico de 2016, mas hoje esse número vem caindo

Veja o número de estatais federais ao longo do tempo

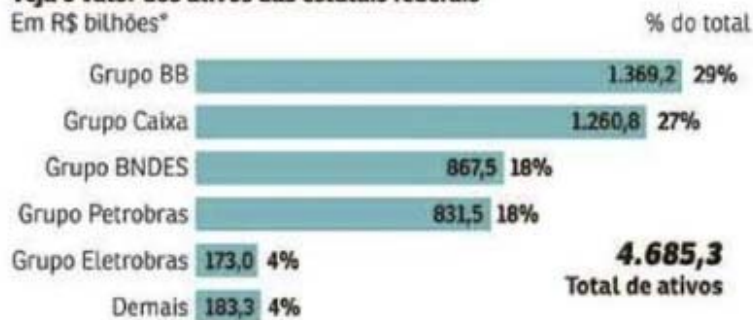


*Dado até junho de 2018

QUANTO VALE

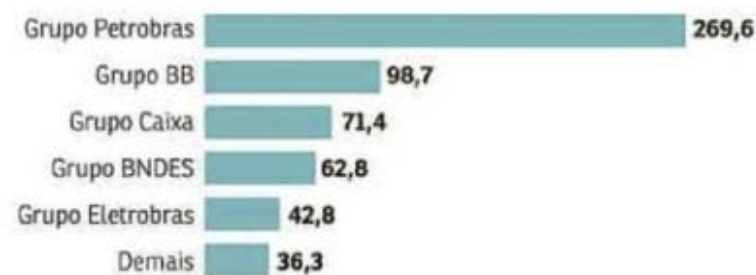
Apenas cinco grupos respondem por 96% do total dos ativos das estatais, portanto, sem a venda das joias da coroa, o governo vai arrecadar muito pouco

Veja o valor dos ativos das estatais federais



Patrimônio líquido das estatais

Em R\$ bilhões*



*Dados de 2017

Fontes: Contas Abertas e Sest/Boletim das Estatais Federais





O ABACAXI

Estatais dependentes consomem R\$ 20 bilhões por ano e, em sua maioria, são deficitárias, com quadro de funcionários aumentando em vez de diminuir

Número de empresas dependentes: **18**

Empregados próprios: **73.574**

Subvenção do Tesouro realizado em 2017: **R\$ 14,6 bilhões**

Gasto anual com empregados: **R\$ 12,8 bilhões***

Passivos judiciais prováveis: **R\$ 7,3 bilhões**

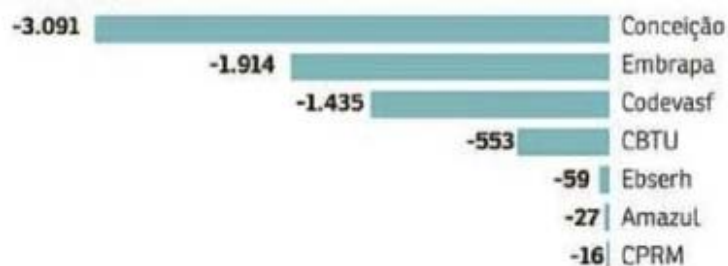
Patrimônio líquido total: **R\$ 8,2 bilhões**

*Dado de 2017

NO VERMELHO

Veja as estatais dependentes, com patrimônio líquido negativo, ou seja, dificilmente terão interessados

Em R\$ milhões*



*Dados de 2017

CABIDE DE EMPREGOS

O número de funcionários de empresas estatais, que voltou a subir neste ano, apesar dos PDVs em curso

